

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA.....	11
APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO (2010) .....	15
APRESENTAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO (2018) .....	19
PREFÁCIO .....	23
ESQUEMA DA EXPOSIÇÃO .....	29
<b>1 PREMISSAS HISTÓRICO-CRÍTICAS: O USO INCERTO DO TERMO “SENSO COMUM” NA FILOSOFIA MODERNA E A NECESSIDADE DE DEFINIR SEU SIGNIFICADO PARA ALÉM DA ATUAL EQUIVOCIDADE.....</b>	<b>31</b>
1.1 Variedade de acepções negativas do termo “senso comum” .....	33
1.1.1.0 A acepção sociológica moderadamente negativa do termo “senso comum”, referido a imprecisáveis convicções populares que as descobertas científicas por vezes contradizem.....	33
1.1.2.0 A acepção sociológica absolutamente negativa do termo “senso comum”, utilizado como instrumento da dialética ideológica.....	38
1.2 Variedade de acepções positivas do termo senso comum .....	42
1.2.1 A acepção positiva, mas minimalista, do termo “senso comum”, entendido como mera opinião em contraposição à ciência ou sentimento em contraposição à razão.....	43
1.2.2.0 A acepção positiva mas minimalista do termo “senso comum”, entendido como órgão da percepção estética .....	54
1.2.3.0 A acepção epistêmica absolutamente positiva do termo “senso comum”, entendido como conhecimento intuitivo da realidade existencial e como fundamento epistêmico da verdade metafísica, moral e religiosa. ....	57
1.3 Necessidade de extrair da linguagem filosófica uma noção de “senso comum” que sistematize as exigências epistêmicas não expressas ou dispersas da Modernidade .....	68
<b>2 PROPOSTA DE UMA NOVA FILOSOFIA DO SENSO COMUM.....</b>	<b>70</b>
2.1 Formulação da minha tese .....	71
2.1.1.0 Minha proposta em dez teses. ....	71

2.1.2.0 O significado essencial da proposta sob o duplo ponto de vista da lógica do assentimento e da lógica do consenso.....	75
2.2 Esclarecimentos acerca da natureza gnosiológica do senso comum .....	77
2.2.1 Esclarecimentos terminológicos. ....	78
2.2.1.1.0 Os precedentes históricos do uso do termo “senso comum” em sua acepção propriamente racional.....	78
2.2.1.2 O que se entende, nesse contexto, por “evidência”. ....	90
2.2.1.3 O que se entende, nesse contexto, por “immediatez” .....	92
2.2.1.4 O que se entende, nesse contexto, por “experiência”....	93
2.2.1.5 Por que, nesse contexto, o termo “certeza” não é distinto do termo “verdade”.....	94
2.2.2.0 Análise das formalidades lógicas com que se expressa o senso comum.	
.....	97
2.2.2.3 O senso comum é constituído por certezas referentes aos componentes metafísicos da realidade. ....	98
2.2.2.4 Esses juízos formam um sistema orgânico e genético. ....	99
2.3 Esclarecimentos acerca da função epistêmica do senso comum.....	100
2.3.1 O senso comum não é uma faculdade, mas o conjunto das certezas originárias que de fato se constatam na consciência de todo sujeito pensante.	
.....	101
2.3.2 O senso comum não se situa no mesmo nível dos “primeiros princípios”, mas é seu pressuposto nocional.....	103
2.4 Esclarecimentos acerca dos conteúdos do senso comum .....	103
2.4.1.0 As cinco evidências primárias que constituem o senso comum. ...	104
2.4.3.1 O “mundo” como o conjunto ordenado dos entes. ....	107
2.4.3.2 O eu, ou seja, a autoconsciência do sujeito .....	109
2.4.3.3 A existência dos outros. ....	113
2.4.3.4.0 A liberdade e a ordem moral.....	114
2.4.3.5.0 Deus como causa primeira e fim último do ser e do devir de todas as coisas. ....	116

2.5 Síntese final: o que pretendo sustentar com minha filosofia do senso comum .....	121
2.5.1 O diverso alcance lógico dos juízos que constituem o senso comum. ....	122
2.5.2.0 A função crítica da filosofia do senso comum. ....	124
3 DEMONSTRAÇÃO DA MINHA TESE SOBRE A EXISTÊNCIA DO SENSO COMUM .....	126
3.1 O objeto da demonstração.....	126
3.1.0 O objeto da demonstração. ....	126
3.2 Os pressupostos lógico-metafísicos da demonstração .....	128
3.2.0 O pensamento é sempre conhecimento, e o conhecimento é sempre presença de algo a alguém. ....	129
3.2.1.2 A necessária distinção entre conhecimento direto e conhecimento reflexo não muda a natureza intencional do ato cognitivo. ....	131
3.2.2 A reflexividade do juízo e a possibilidade da certeza. ....	131
3.2.3 Especificidade do conhecimento científico, que deriva de uma mediação discursiva. ....	132
3.2.4 Centralidade gnosiológica do juízo, expressão do conhecimento plenamente realizado, em relação a um determinado objeto em um determinado momento.....	134
3.2.5 Coincidência lógica de certeza e verdade no momento em que a mente chega a formular um juízo. ....	134
3.2.6 A interdependência dos juízos e o holismo da verdade.....	135
3.2.7 A averiguação da verdade de um juízo por meio da análise de seus pressupostos .....	136
3.2.8 A justificação epistêmica na lógica das ciências.....	137
3.3 A abordagem da lógica material à análise dos juízos e à sua pretensão de verdade.....	138
3.4 O método da demonstração .....	140
3.4.1 O procedimento da pressuposição.....	140

3.4.2 A utilização da inferência indutiva para passar da autoconsciência pessoal ao enunciado de valor universal .....	142
3.5 Desenvolvimento da demonstração.....	143
3.6 Os argumentos específicos da demonstração para cada uma das cinco verdades do senso comum.....	147
3.6.1 Por que todos “têm presente” a existência do mundo.....	147
3.6.2 Por que todos sabem que existem como sujeitos e, portanto, se distinguem do mundo que, ao contrário, é entendido como objeto do conhecimento.....	149
3.6.3 Por que todos sabem que existem outros sujeitos com os quais estão em relação.....	151
3.6.4 Por que todos sabem que existe uma ordem moral.....	152
3.6.5 Por que todos sabem que há Deus como fundamento absoluto do mundo.....	154
<b>4 CRITÉRIOS EPISTEMOLÓGICOS CONSEQUENTES À DEMONSTRAÇÃO DA EXISTÊNCIA E DA FUNÇÃO EPISTÊMICA DO SENSO COMUM .....</b>	<b>156</b>
4.1 A demonstração da existência e da função epistêmica do senso comum fornece o fundamento lógico do saber por via de inferência, ou seja, da “ciência”, fixando ao mesmo tempo seu limite constitutivo .....	157
4.1.1 A filosofia do senso comum e a possibilidade de uma ciência que seja, ao mesmo tempo, sabedoria.....	157
4.1.2.0 A filosofia do senso comum, a exigência crítica e a consciência do limite crítico.....	158
4.2 A demonstração da existência e da função epistêmica do senso comum fornece o fundamento lógico do saber por via de testemunho, ou seja, da “fé”, condicionando-o, porém, à averiguação direta da credibilidade da testemunha .....	162
4.2.1.0 Esclarecimentos conceituais sobre os termos “fé” e “crença” em relação ao conhecimento por testemunho.....	163
4.2.2.0 Características formais do conhecimento por via de testemunho.	167

4.2.3.0 A racionalidade do ato de fé deriva do fato de que o que se busca em um testemunho é a verdade.....	174
4.2.4.0 As evidências do senso comum em relação à averiguação direta da credibilidade da testemunha.....	176
4.2.5.0 Função epistêmica das evidências do senso comum em relação ao ato de fé na Revelação.....	180
4.2.8.0 Por que os “ <i>praeambula fidei</i> ” de que fala Tomás de Aquino correspondem às evidências do senso comum.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	195